



Ficha 77 A vida econômica – aspectos bíblicos (DSI 22ª)

O Compêndio da [DSI](#) apresenta, no capítulo VII, a temática da vida econômica. Esta 77ª ficha inicia essa reflexão a partir dos aspectos bíblicos que formam a visão cristã da economia (1). Dividido em duas partes, discute a vida do homem quanto à pobreza e riqueza de bens, através de textos sagrados, levando em conta, também, como a comunidade primitiva e o posterior Magistério da Igreja passaram a tratar a riqueza: eis que surge a visão de que as riquezas existem para serem partilhadas. Essa nova compreensão é fundamentada nos textos do Novo Testamento, nos escritos dos Santos Padres da Igreja e continuada pelo Magistério da Igreja, até hoje.

O homem, pobreza e riqueza

Na leitura do Antigo Testamento, no Livro dos Provérbios, notam-se posturas diferentes em relação aos bens econômicos, à pobreza e à riqueza. Uma é a que considera o apreço pelos bens materiais como necessários à vida, tratando pobreza como resultado de preguiça e riqueza e bens como bênçãos do trabalho: “A mão preguiçosa empobrece, mas o braço trabalhador enriquece” (Pr 10, 4). Outra é a que considera riqueza e pobreza como um fato natural: “Rico e pobre se encontram: foi Javé quem fez os dois” (Pr 22, 4). Já nos livros proféticos traz a visão que condena o mau uso dos bens econômicos e da riqueza, na palavra forte e crítica das denúncias dos Profetas aos reis e poderosos, que enriqueciam à custa do povo: “Não sabem viver com honestidade aqueles que em seus palácios entesouram violência e opressão” (Am 3, 10). As duas primeiras decorrem das diferentes percepções presentes nas pessoas e nas culturas, enquanto a terceira apresenta um conflito social que brota da apropriação do que é dos outros.

Na questão econômica, o Antigo Testamento tem como fio condutor a denúncia da dualidade riqueza-pobreza, fruto dos governos que exploravam o povo e das injustiças praticadas pelos que o deviam conduzir. Os vários textos nos mostram os diferentes sistemas econômicos vividos, por exemplo, quando o povo hebreu foi escravo no Egito; chegado à Terra prometida, viu crescer as riquezas de Juizes e Reis diante da pobreza do povo e ainda sofreu dominações estrangeiras, como as dos persas, gregos e, mais tarde, dos romanos, às quais sempre precisou pagar pesados tributos. O profeta Ezequiel anuncia uma nova era de paz e prosperidade, quando houver uma autoridade política que se coloque a serviço do povo: “Eles não serão mais presa fácil das nações, e as feras nunca mais os irão devorar” (Ez 34, 28). Acrescentam-se as promessas do Senhor dirigidas aos pobres, sobre uma nova aliança, quando habitarão juntos os lavradores e os que pastoreiam rebanhos, “pois eu saciarei as gargantas sedentas e satisfarei os famintos” (Jr 31, 23-24). Nessa perspectiva, a pobreza é vista como disponibilidade, abertura e confiança em Deus, enquanto a riqueza é representada pelos que confiam mais nos bens econômicos em si e não como direito de todos.

Jesus Cristo vem instaurar o Reino de Deus, pregando a justiça, a fraternidade, a solidariedade e a partilha. Segundo Lucas, quando lê o trecho de Isaías no início de sua vida pública, Jesus anuncia toda a sua missão libertadora aos pobres e oprimidos, assumindo a palavra do profeta no tempo em que se encontra (Lc 4, 17-21). Ele vê a realidade social, denuncia a situação de injustiça econômica, buscando uma nova ordem nas relações entre pobres e ricos, principalmente no que diz respeito ao apego a bens materiais. Nos Evangelhos encontramos a atividade econômica considerada e desenvolvida como resposta à vocação que Deus reserva a cada um, como a boa administração dos bens materiais na parábola dos talentos (Mt 25, 14-31); ou a dificuldade que a riqueza pode trazer, comparando a semente que cai entre os espinhos, como “a preocupação do mundo e a ilusão da riqueza que sufocam a Palavra, e ela fica sem dar fruto” (Mt,

13, 22) ensinando que o enriquecimento verdadeiro é aquele que ocorre em relação a Deus (Lc 12, 21).

A proposta de Jesus é apego total ao Reino, por isso, todas as vezes em que se viu diante de pessoas que o questionavam sobre o uso da riqueza, o critério apresentado por Ele sempre foi o Reino. Isso não significa que Jesus fosse contra o uso dos bens, mas seu ensinamento mostrava que a pessoa não podia se apegar mais aos bens materiais que à promessa do Reino.

A fé em Cristo leva a uma compreensão do progresso social como humanismo integral e solidário, que coloca a atividade econômica a serviço do homem e da sociedade. Essa visão ampla está presente na Constituição Pastoral [Gaudium et Spes](#), estimulando os cristãos a contribuírem para o bem da humanidade e a paz do mundo, se buscarem o Reino de Deus "para ajudar os seus irmãos e realizar, sob o impulso da caridade, a obra da justiça" (GS, 72).

As riquezas existem para ser partilhadas

O texto da DSI ressalta que os bens, ainda que legitimamente possuídos, mantêm sempre uma destinação universal e as riquezas realizam sua função de serviço ao homem quando dedicadas a produzir benefícios aos outros e à sociedade (329).

São muitas as passagens dos Evangelhos que tratam das necessidades materiais, de quando Jesus sacia a fome do povo com a partilha dos pães (Jo 6, 1-15) à pregação de João Batista "quem tiver duas túnicas, dê uma a quem não tem. E quem tiver comida, faça a mesma coisa" (Lc 3, 11). Cristo mostra que, para entrar no Reino é preciso mais do que observar as leis: tudo deve ser partilhado, na procura da igualdade, que traz nova visão de sociedade e o leva a dizer com amor ao homem rico: "Falta só uma coisa para você fazer: vá, venda tudo, dê o dinheiro aos pobres e você terá um tesouro no céu. Depois venha e siga-me" (Mc 10, 21).

Para fundamentar o ensinamento eclesial sobre a economia, o Compêndio faz uso dos escritos dos Santos Padres, que revelam como a Igreja dos primeiros séculos abordou a questão da riqueza. A literatura patrística também nos mostra a proposta do Reino em visões como a de S. João Crisóstomo: se as riquezas pertencem a alguns, é para que possam adquirir mérito, partilhando com os outros; já S. Basílio Magno aponta as diferenças entre águas paradas e águas que fluem, convidando os ricos a abrir as portas para fazer chegar a riqueza à habitação dos pobres, como "um grande rio que se derrama, em mil canais, sobre o terreno fértil" (DSI -687-689).

Na definição de linhas de trabalho e compromisso da Igreja Latino-americana e Caribenha, o Documento de Aparecida quer ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres, que já vinha das conferências anteriores (Medellín, Puebla e Santo Domingo), deixando claro que, para "ser preferencial implica que deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais" (DA, 396).

O texto-base da Campanha da Fraternidade 2010 da CNBB, [Economia e Vida](#), nos mostra um exemplo da visão cristã da economia, focalizada como uma estrutura não autônoma, que deve estar a serviço das pessoas na partilha e na solidariedade e reflete como uma economia com base no individualismo e na acumulação dos bens materiais se afasta do projeto de Deus, expresso em toda a Bíblia.

Nos dias de hoje, quando os sistemas econômicos produzem uma concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos, a pobreza se amplia, passando dos recursos financeiros aos da informação e dos recursos humanos; isso traz o aumento das desigualdades, a falta de oportunidades às pessoas e algo novo: a exclusão social. Além disso, esse modelo econômico gera uma crise antropológica na qual as pessoas são valorizadas pelo que possuem e não pelo que são. É necessário resgatar a proposta de Jesus, que subverte essa ordem, destacando o valor e a dignidade da pessoa humana como imagem e semelhança de Deus. Diante da globalização, que exclui pessoas como supérfluos ou descartáveis por não produzirem bens, o Papa Bento XVI, em seu [Discurso inaugural](#) da Conferência de Aparecida propôs promover uma globalização marcada pela solidariedade, pela justiça e pelo respeito aos direitos humanos, fazendo da América Latina e do Caribe não só o continente da esperança, mas também o continente do amor (DA, 62-65). A responsabilidade dos cristãos se traduz nas palavras de S. João: "Eu vos escolhi a fim de que deis, no meio do mundo, um fruto que dure" (Jo 15, 16).

Cabe refletir que, se afirmamos que a riqueza existe para ser repartida, afirmamos a existência dela. Disso podemos deduzir que os problemas sociais não decorrem da ausência de recursos ou da miséria, mas de uma organização sócio-política fundamentada na concentração daqueles. A

segunda parte da *Gaudium et Spes* destacou a “vida econômico-social” como um desafio a ser enfrentado pelos diversos organismos sociais, assumindo que dela depende a construção da Paz. Avançando um pouco mais, o beato Paulo VI, na encíclica [Popolurum Progressio](#) e na [Assembleia Geral da ONU](#), defendeu que a garantia do desenvolvimento de todas as nações se constituía na missão da comunidade internacional, e que isso era a garantia da Paz mundial.

Em tempos em que o próprio neoliberalismo defende a inclusão econômica com o objetivo de fazer com que os pobres possam se tornar consumidores, a DSI e o Evangelho destacam que a riqueza precisa ser dividida. Não há como não nos lembrarmos de como São João Paulo II marcou a DSI quando denunciou, em seu [discurso de abertura](#) da Conferência de Puebla, a existência de ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres.

É nesse sentido que a DSI destaca que a riqueza existe para ser repartida. Trata-se de um apelo segundo o qual aquele que tem precisa socorrer quem não tem.

Para concluir, cabe lembrar um trecho do poema [Invocação a Mariama](#) de Dom Helder Câmara: *Mariama, Senhora Nossa, Mãe querida, nem precisa ir tão longe, como no teu hino. Nem precisa que os ricos saiam de mãos vazias e os pobres de mãos cheias. Nem pobre nem rico!*.

Nota

[1] Como uma das ciências humanas (ciência e teoria econômica), a economia trata do que se refere à produção, distribuição, acumulação e ao consumo dos bens materiais e estuda os diversos aspectos e graus de extensão da riqueza, com vistas ao melhor aproveitamento e rendimento, em função dos interesses e das necessidades da vida humana. É uma atividade que se traduz nas prioridades políticas, afeta a vida de todos e, dependendo das escolhas, através das instituições poderá, tanto proteger e servir ao bem comum de toda a sociedade, como minar a vida e a dignidade da pessoa.

Para Refletir:

- 1) Segundo o cristianismo, o que significa ser rico ou ser pobre?
- 2) Por que Deus se fez pobre e escolheu os pobres?
- 3) Qual deve ser o papel social do cristão diante da economia neoliberal?

Orientações para a Interação:

- a) Você poderá discutir este texto, presencialmente, com seus amigos na comunidade.
- b) Você poderá enviar sua opinião usando a caixa de comentários do [texto publicado](#)
- c) Por fim, você poderá interagir na sala de aula virtual “Ambiente Virtual de Formação” da Arquidiocese. Acesse <http://www.avf.org.br/> e siga as orientações.

Este texto está publicado no site: Ambiente Virtual de Formação: <http://wp.me/p2Yr0V-3dH> onde você poderá fazer o download em PDF.

Aguarde a publicação da próxima ficha: 04/02/15 – Ficha 78 – Moral e economia – DSI (23ª)

[Acesse](#) o cronograma das próximas Fichas de Estudos.

Colabore com Equipe do AVF na produção e edição das Fichas. Saiba como [acessando este link](#) ou escrevendo para avf@arquidiocesecampinas.com

Ao fazer uso deste texto, favor citar a fonte.